



# IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ nº 08.159.965/0001-33



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA IGUÁ SANEAMENTO S.A.

### Prezados Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Igua Saneamento S.A. ("Companhia" ou "Igua"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Com o intuito de atender ao disposto na Instrução CVM nº 162/2022, a Companhia informa que contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S/S LTDA para realizar as atividades de auditoria externa, bem como, na data de 09 de janeiro de 2022, por prazo de 06 meses, para a prestação do serviço de auditoria de informações não-financeiras sobre o Relatório Integrado 2022. A Companhia também informa que nessa contratação adotou os mecanismos previstos no Código de Conduta para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, os quais declararam que esta contratação não afeta a independência e objetividade necessários para o desempenho dos serviços de auditoria externa.

Na operação do Rio de Janeiro, foram realizados investimentos de R\$ 158,6 milhões, representando 31% do total investido em 2022. Os projetos de implantação dos Coletores de Tempo Seco (CTS) e o Retrofit da ETE Barra estão em fase de preparação dos projetos executivos.

Além disso foram obtidos avanços importantes no Projeto de revitalização do Complexo Lagunar, com a conclusão do projeto executivo, e o licenciamento ambiental pela INEA em andamento. O projeto tem como objetivo a redução de carga poluente nas regiões da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Camorim e nos canais Joatinga e Marapendi. Estas ações resultarão em uma melhora na circulação hídrica e na qualidade da água, gerando, consequentemente, uma recuperação da biodiversidade aquática.

### Custos e Despesas

CUSTOS E DESPESAS (R\$ '000)	4T22	4T21	VAR %	2022	2021	VAR %
Pessoal	(64.514)	(53.416)	20,8%	(255.859)	(151.120)	69,3%
Serviços de terceiros	(63.966)	(33.584)	90,5%	(209.527)	(99.845)	109,9%
Energia elétrica	(18.685)	(7.742)	141,3%	(76.093)	(45.966)	65,5%
Equivalência patrimonial	2.101	1.420	48,0%	7.057	7.383	-4,4%
Outros custos	(143.951)	(20.082)	551,9%	(522.607)	(82.653)	532,3%
<b>Subtotal</b>	<b>(289.015)</b>	<b>(115.404)</b>	<b>150,4%</b>	<b>(1.057.029)</b>	<b>(372.201)</b>	<b>184,0%</b>
Amortização e depreciação	(76.124)	(40.800)	86,6%	(280.546)	(100.015)	180,5%
<b>Subtotal</b>	<b>(365.139)</b>	<b>(156.204)</b>	<b>133,8%</b>	<b>(1.337.575)</b>	<b>(472.216)</b>	<b>183,3%</b>
Custo de construção	(142.388)	(139.248)	2,3%	(516.840)	(476.948)	8,4%
<b>Total</b>	<b>(507.527)</b>	<b>(295.452)</b>	<b>71,8%</b>	<b>(1.854.415)</b>	<b>(949.164)</b>	<b>95,4%</b>

A linha de Custos e Despesas em 2022 apresentou aumento de R\$ 905,2 milhões, ou 95,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Excluindo o custo de construção e a amortização e depreciação, houve um aumento nos custos de R\$ 684,8 milhões, ou 184,0% no comparativo com 2021.

### A Igua Saneamento

São Paulo						
OPERAÇÃO	CONCESSÃO/PPP	POPULAÇÃO	INÍCIO	PRAZO	RESTANTE	TEMPO
Águas Andradina	Concessão plena de água e esgoto	57 mil	2010	30 anos	18 anos	
Águas Castilho	Concessão plena de água e esgoto	21 mil	2010	30 anos	18 anos	
Águas Piquete	Concessão plena de água e esgoto	14 mil	2010	30 anos	17 anos	
Altaibá Saneamento	PPP de esgotamento sanitário	143 mil	2013	30 anos	20 anos	
ESAP	Concessão plena de água e esgoto	13 mil	2007	41 anos	28 anos	
Sanessol	Concessão plena de água e esgoto	60 mil	2008	30 anos	15 anos	
SPAT Saneamento	PPP de água	4,2 milhões	2009	15 anos	1 ano	

Mato Grosso						
OPERAÇÃO	CONCESSÃO/PPP	POPULAÇÃO	INÍCIO	PRAZO	RESTANTE	TEMPO
Águas Alta Floresta	Concessão plena de água e esgoto	51 mil	2002	30 anos	10 anos	
Águas Canarana	Concessão plena de água e esgoto	22 mil	2000	40 anos	17 anos	
Águas Colíder	Concessão plena de água e esgoto	33 mil	2002	30 anos	9 anos	
Águas Comodoro	Concessão de abastecimento de água	21 mil	2007	30 anos	15 anos	
Águas Cuiabá	Concessão plena de água e esgoto	613 mil	2012	39 anos	28 anos	
Águas Pontes e Lacerda	Concessão plena de água e esgoto	45 mil	2001	30 anos	8 anos	

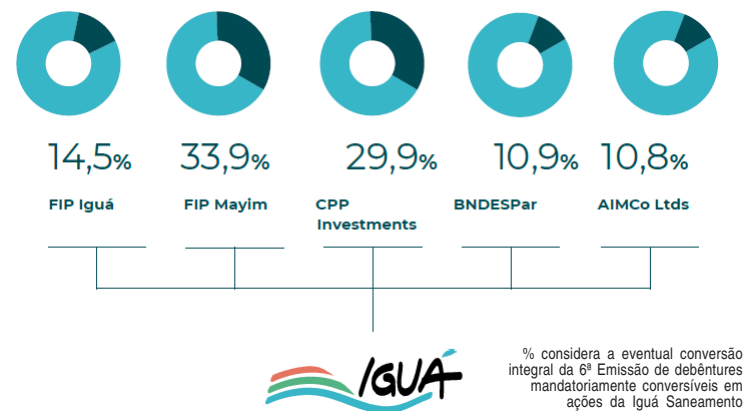
Paraná						
OPERAÇÃO	CONCESSÃO/PPP	POPULAÇÃO	INÍCIO	PRAZO	RESTANTE	TEMPO
Paranaguá Saneamento	Concessão plena de água e esgoto	155 mil	1997	48 anos	22 anos	

Santa Catarina						
OPERAÇÃO	CONCESSÃO/PPP	POPULAÇÃO	INÍCIO	PRAZO	RESTANTE	TEMPO
Itapoa Saneamento	Concessão plena de água e esgoto	21 mil	2012	30 anos	20 anos	
Tubarão Saneamento	Concessão plena de água e esgoto	106 mil	2012	30 anos	19 anos	

Alagoas						
OPERAÇÃO	CONCESSÃO/PPP	POPULAÇÃO	INÍCIO	PRAZO	RESTANTE	TEMPO
Agreste Saneamento	PPP de água	377 mil	2012	30 anos	19 anos	

Rio de Janeiro						
OPERAÇÃO	CONCESSÃO/PPP	POPULAÇÃO	INÍCIO	PRAZO	RESTANTE	TEMPO
Igua Rio	Concessão para distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto (Rio de Janeiro - Regiões da Barra e Jacarepaguá)	1,2 milhão	2022	35 anos	34 anos	
	Concessão plena de água e esgoto (Miguel Pereira e Paty do Alferes)					

### Estrutura Acionária



### Destaque

- Início da operação, em fevereiro de 2022, da Igua Rio de Janeiro.
- Receita líquida atinge R\$ 565,4 milhões no trimestre e R\$ 2.072,1 milhões em 2022, um crescimento de 88,9% e 98,2% em relação ao 4T21 e ao ano de 2021, respectivamente.
- EBITDA CVM atinge R\$ 133,9 milhões no 4T22, aumento de 198,3% em relação ao 4T21 e R\$ 497,1 em 2022, aumento de 245,8% em relação a 2021.
- Investimentos realizados em novos ativos e melhorias foram de R\$ 513,1 milhões em 2022, representando um crescimento de 9,5% na comparação com 2021.

### Investimentos

#### Principais investimentos realizados

O volume total de investimentos em 2022 alcançou R\$ 513,1 milhões, ou 9,5% de crescimento ante o ano anterior.

INVESTIMENTOS (R\$ '000)	2022	2021	VAR %
Rede de água	131.071	27.594	375,0%
Rede de esgoto	183.478	34.962	424,8%
Obras em andamento	165.869	402.465	-58,8%
Outros investimentos	32.675	3.463	843,5%
<b>Total</b>	<b>513.093</b>	<b>468.484</b>	<b>9,5%</b>

Foram também reclassificados valores alocados como obras em andamento, referentes aos investimentos que foram concluídos ao longo do ano, resultando em expressiva redução desta linha.

#### Melhorias e expansão do sistema de esgotamento sanitário:

- 61,8Km de redes coletoras de esgoto implantadas

- 9,5 mil novas ligações de esgoto

#### Melhorias e expansão do sistema de distribuição de água:

- 48,0 Km de redes de distribuição de água implantadas

### Investimentos por Operação

	RIO DE JANEIRO			CUIABÁ			PARANAGUÁ		
	2022	2021	VAR %	2022	2021	VAR %	2022	2021	VAR %
Rede de água	44.734	-	-	43.940	11.061	297,3%	8.450	5.644	49,7%
Rede de esgoto	40.082	-	-	121.776	6.459	1.855,4%	4.671	6.593	-29,2%
Obras em andamento	56.730	6.221	811,9%	51.920	317.781	-83,7%	31.395	44.242	-29,0%
Outros investimentos	17.008	-	-	10.846	1.645	559,3%	2.529	1.403	80,3%
<b>Total</b>	<b>158.554</b>	<b>6.221</b>	<b>2.449%</b>	<b>228.482</b>	<b>336.946</b>	<b>-32,2%</b>	<b>47.045</b>	<b>57.882</b>	<b>-18,7%</b>

Em 2022, foram realizados investimentos na ordem de R\$ 275,5 milhões nas operações de Cuiabá e Paranaguá, o que equivale a 54% do total investido. Em Cuiabá, foram investidos R\$ 228,5 milhões, principalmente em rede de água (R\$ 43,9 milhões) e em rede de esgoto (R\$ 121,8 milhões). Em 2022, os investimentos na operação de Cuiabá tiveram como destaques:

- Execução de redes de esgoto;
- Implantação da EEE Ipê Amarelo e Aroeira;
- Revitalização dos reservatórios de água potável (RAP) Altos da Serra e Nova Esperança;
- Implantação do novo RAP Nova Esperança;
- Avanço nas obras de terraplanagem do Sistema de Tratamento de Lodo do Sistema Ribeirão do Lipa;
- Substituição sistemática de hidrômetros.

Já em Paranaguá, os investimentos somaram R\$ 47,0 milhões, tendo como destaque as melhorias na rede de água. Dentre os investimentos realizados, destacam-se:

- A construção e montagem da ampliação da ETE Emboguaçu;
- Finalização da linha de recalque, 7 Estações Elevatórias, redes e ligações de esgoto da Bacia Guaraituba - SES Emboguaçu;
- Elaboração dos projetos de ampliação de cobertura 2023/2024 - Sub-bacias de: Sabiá, Mercado, Padre Jackson, Anhaia, Alfredo Budant.

### Performance Operacional

#### Economias de água e esgoto

	DEMAIS CONCESSÕES			PPPs			NÃO CONSOLIDADAS		
	2022	2021	VAR %	2022	2021	VAR %	2022	2021	VAR %
Rede de água	17.528	5.525	217,2%	-	-	-	16.419	5.364	206,1%
Rede de esgoto	11.972	1.997	499,5%	-	24	-100,0%	4.977	19.889	-75,0%
Obras em andamento	1.898	27.310	-93,1%	-	58	-100,0%	23.926	6.853	249,1%
Outros investimentos	726	172	322,1%	-	-	-	1.566	243	544,4%
<b>Total</b>	<b>32.124</b>	<b>35.004</b>	<b>-8,2%</b>	<b>-</b>	<b>82</b>	<b>-100,0%</b>	<b>46.888</b>	<b>32.349</b>	<b>44,9%</b>

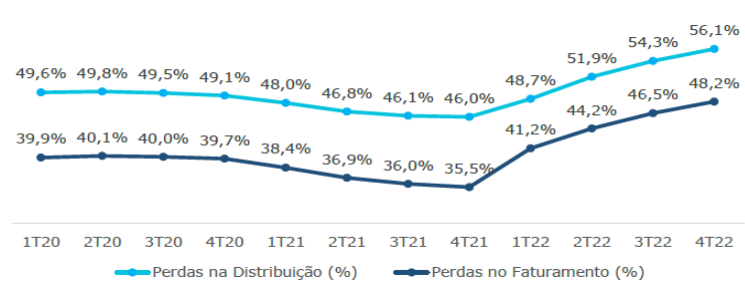
As economias de água chegam a 853,4 mil e de esgoto 612,0 mil no 4T22, com expressivo crescimento decorrente principalmente do início da operação do Rio de Janeiro. Excluindo Igua Rio de Janeiro, houve no trimestre a adição de 5,4 mil economias de água e 13,0 mil economias de esgoto, um crescimento de 1,1% e 4,5%, respectivamente, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

#### Volume faturados de água e esgoto

PERÍODO	VOLUME FATURADO DE ÁGUA (MILHÕES m³)		PERÍODO	VOLUME FATURADO DE ESGOTO (MILHÕES m³)	
	4T21	4T22		4T21	4T22
4T21	22,0	42,3	4T21	11,9	30,7
4T22	42,3	42,3	4T22	30,7	30,7

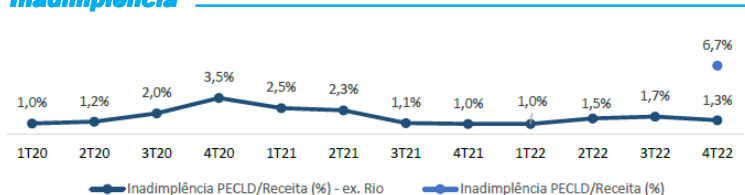
O volume faturado de água totalizou 42,3 milhões de metros cúbicos e o de esgoto 30,7 milhões de metros cúbicos no 4T22. Excluindo Igua Rio de Janeiro, houve no trimestre a adição de 0,2 e 0,6 milhões m³ de volumes faturados de água e de esgoto, respectivamente, ou seja, um crescimento de 1,0% e 5,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

#### Perdas de água



O índice de Água Não Faturada (ANF) observado no 4T22 foi de 48,2%, representando um aumento de 12,8 p.p. em relação ao 4T21. As perdas de água na distribuição (ANC) foram de 56,1% no 4T22, acréscimo de 10,2 p.p. na comparação com o 4º trimestre do ano anterior. O aumento a partir do 1T22 é devido principalmente ao início da operação da Igua Rio de Janeiro. Esses dados são calculados por média móvel.

### Inadimplência



Calculamos a inadimplência pela razão entre a variação da PECLD (perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa) e as receitas de saneamento e de outros serviços, líquidas dos abatimentos e cancelamentos. No 4T22 este índice foi de 1,3%, o que representa uma redução de 0,4 p.p. frente ao 3T22 e um aumento de 0,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano passado. O índice de inadimplência total incluindo a Igua Rio de Janeiro no 4T22 foi de 6,7%.

### Performance econômico-financeira

DESTAQUES FINANCEIROS (R\$ '000)	4T22	4T21	VAR %	2022	2021	VAR %
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>565.450</b>	<b>299.384</b>	<b>88,9%</b>	<b>2.072.156</b>	<b>1.045.381</b>	<b>98,2%</b>
Custos Totais	(388.597)	(210.034)	85,0%	(1.412.828)	(720.758)	96,0%
<b>Lucro bruto</b>	<b>176.853</b>	<b>89.350</b>	<b>97,9%</b>	<b>659.328</b>	<b>324.623</b>	<b>103,1%</b>
Despesas operacionais	(122.040)	(89.051)	37,0%	(449.098)	(238.317)	88,4%
Outras receitas (despesas) operacionais	1.009	2.213	-54,4%	454	2.528	-82,0%
Equivalência	2.101	1.420	48,0%	7.057	7.383	-4,4%
<b>Lucro op. antes do resultado financeiro</b>	<b>57.923</b>	<b>3.932</b>	<b>1.373,1%</b>	<b>217.741</b>	<b>96.217</b>	<b>126,3%</b>
Resultado financeiro líquido	(242.619)	(154.734)	56,8%	(982.463)	(245.778)	299,7%
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(184.696)</b>	<b>(150.802)</b>	<b>22,5%</b>	<b>(764.722)</b>	<b>(149.561)</b>	<b>411,3%</b>
IR/CSLL	59.712	102.050	-41,5%	154.824	142.690	8,5%
<b>Resultado das operações continuadas</b>	<b>(124.984)</b>	<b>(48.752)</b>	<b>156,4%</b>	<b>(609.898)</b>	<b>(6.871)</b>	<b>8.776,4%</b>
Prejuízo da operação descontinuada	(50)	190	-126,3%	(1.184)	(52.476)	-97,7%
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(125.034)</b>	<b>(48.562)</b>	<b>157,5%</b>	<b>(611.082)</b>	<b>(59.347)</b>	<b>929,7%</b>

### Receita Operacional Líquida

RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA (R\$ '000)	4T22	4T21	VAR %	2022	2021	VAR %
Serviços de Água	245.280	97.113	152,6%	968.020	324.226	198,6%
Serviços de Esgoto	195.079	45.526	328,5%	676.348	158.547	326,6%
Outros Serviços	82.629	63.018	31,1%	255.216	205.215	24,4%
(-) Receita de Saneamento e Serviços	<b>522.987</b>	<b>205.657</b>	<b>154,3%</b>	<b>1.899.584</b>	<b>687.988</b>	<b>176,1%</b>
Construção	127.323	122.486	3,9%	486.225	465.513	4,4%
Deduções	(84.860)	(28.780)	195,1%	(313.653)	(108.120)	190,1%
(-) Receita Operacional Líquida	<b>565.450</b>	<b>299.383</b>	<b>88,9%</b>	<b>2.072.156</b>	<b>1.045.381</b>	<b>98,2%</b>

Em 2022, a receita de saneamento e outros serviços totalizou R\$ 2.072,1 milhões, com crescimento de 98,2% frente a 2021. As principais variações foram em função:

1. do aumento de 198,6% nas receitas de água em relação a 2021;
  2. do aumento da receita proveniente dos serviços de esgoto em 326,6%, o que demonstra também o avanço da Companhia na extensão da prestação do serviço à população; e
  3. do aumento de 24,4% da receita de outros serviços.
- A receita de construção apresentou aumento de 4,4%, passando de R\$ 465,5 milhões em 2021 para R\$ 486,2 milhões em 2022 e reflete a aplicação de norma IFRIC12 (ICPC 01-R1).

### Receita detalhada

RECEITA LÍQUIDA-RIO DE JANEIRO (R\$ '000)	4T22	4T21	VAR %	2022	2021	VAR %
Serviços de Água	148.410	-	100,0%			



# IGUA SANEAMENTO S.A.

CNPJ nº 08.159.965/0001-33

## Demonstrações Financeiras



Balanco patrimonial - Em 31 de dezembro - Em milhares de reais					Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro						
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)	2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)			2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)	2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	417.296	148.052	769.131	557.935	Fornecedores e outras contas a pagar	10	21.230	36.594	198.231	117.680
Depósitos e outros recebíveis	5	85.077	22.218	2.596	2.583	Poder concedente a pagar	9 a III	-	-	-	1.092.900
Ativo financeiro	6	-	-	72.866	68.864	Empréstimos e financiamentos	12	-	3.210	92.085	86.709
Contas a receber e outros recebíveis	7	99.744	2.140	342.976	93.820	Debitantes	13	56.006	35.754	865.836	36.234
Ativo financeiro	7	-	-	91.510	83.223	Passivo de arrendamento	12	-	472	428	7.042
Impostos e contribuições a recuperar	7	5.721	9.341	22.478	23.044	Obrigações fiscais	11	1.058	4.418	39.285	28.959
Dividendos e juros de capital próprio a receber	25 d	8.331	8.579	-	-	Obrigações e encargos trabalhistas	11	30.851	25.962	57.198	40.465
Outros ativos	-	4.472	1.951	33.417	23.862	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	1	-	1.137	114
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>620.641</b>	<b>190.871</b>	<b>1.335.074</b>	<b>853.341</b>	Outras obrigações	-	256	3.452	4.629	6.288
Ativos de operação descontinuada	1.4	-	-	524	1.417	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>109.874</b>	<b>109.818</b>	<b>1.265.443</b>	<b>1.415.655</b>
		<b>620.641</b>	<b>190.871</b>	<b>1.335.598</b>	<b>854.758</b>	<b>Passivos de operação descontinuada</b>	1.4	<b>109.874</b>	<b>109.818</b>	<b>1.265.521</b>	<b>1.415.735</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo						Fornecedores e outras contas a pagar	10	1.528	1.609	105	148
Depósitos e outros investimentos	5	1.325.090	2.466.086	2.040	4.189	Poder concedente a pagar	9 a III	-	-	1.654.604	1.457.200
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	5.716	5.512	Empréstimos e financiamentos	12	11.642	14.821	579.364	641.273
Contas a receber e outros recebíveis	7	390.857	484.319	56.436	50.593	Provisão para perdas com causas judiciais	13	800.749	794.017	4.993.132	4.230.571
Ativo financeiro	7	-	-	529.811	96.100	Provisão para perdas com causas judiciais	12	1.027	1.499	2.526	10.665
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	-	6.491	9.414	Obrigações fiscais	-	-	-	53.609	56.527
Dividendos e juros de capital próprio a receber	25 d	7.690	10.390	4.441	4.441	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	94.303	80.433
Outros ativos	19	11.500	101.208	440.927	241.507	Dividendos e juros de capital próprio a pagar	-	-	-	619	919
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>1.735.280</b>	<b>3.062.100</b>	<b>1.058.744</b>	<b>1.096.106</b>	Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	895	895	4.678	5.435
Empréstimos e financiamentos	8	2.229	614.047	10.788	96.100	Provisão para perdas com causas judiciais	8	751.363	191.676	78	180
Imobilizado	-	736	1.142	26.404	11.055	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.566.821</b>	<b>1.003.622</b>	<b>7.313.940</b>	<b>6.483.171</b>
Ativos de direito de uso	-	1.423	1.913	9.157	15.533	<b>Patrimônio líquido</b>					
Intangível e ativo de contrato	9	49.669	26.201	9.073.433	8.846.717	Capital social	15	2.927.834	2.394.914	2.927.834	2.394.914
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>4.076.252</b>	<b>3.704.483</b>	<b>10.271.526</b>	<b>9.832.546</b>	Debitantes obrigatoriamente conversíveis em ações	15	877.372	570.292	877.372	570.292
		<b>4.696.893</b>	<b>3.895.354</b>	<b>11.607.124</b>	<b>10.687.304</b>	Reservas de lucro	-	-	-	570.292	570.292
						Reservas de reservas	-	-	-	23.820	23.820
						Reservas de lucros	-	-	-	34.167	34.167
						Reservas de lucro	-	-	-	39.704	26.724
						Ágio em transações de capital	-	-	-	(64.838)	(64.838)
						Prejuízos acumulados	-	-	-	(780.048)	(155.005)
						<b>Participação de não controladores</b>		<b>3.020.198</b>	<b>2.781.914</b>	<b>3.020.198</b>	<b>2.781.914</b>
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.020.198</b>	<b>2.781.914</b>	<b>3.027.663</b>	<b>2.788.398</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.696.893</b>	<b>3.895.354</b>	<b>11.607.124</b>	<b>10.687.304</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração das mudanças do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro

Capital social	Atribuível aos controladores		Total	
	2022	2021	2022	2021
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	871.384	-	8.289	10.153
Aumento de capital	2.112.989	(532.920)	-	-
Emissão de debêntures	-	(27.262)	1.552.807	-
Recuperação das ações dos executivos	-	-	-	570.292
Reclassificação entre reservas	-	-	-	(13.993)
Plano de opção de compra de ações	-	-	-	3.354
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021 - reapresentado</b>	<b>2.984.373</b>	<b>(532.920)</b>	<b>2.394.914</b>	<b>10.153</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>2.984.373</b>	<b>(532.920)</b>	<b>2.394.914</b>	<b>(13.993)</b>
Aumento de capital	-	532.920	-	-
Emissão de debêntures	-	-	307.080	-
Reserva para incentivos fiscais	-	-	-	-
Reflexo de investida	-	-	-	10.347
Plano de opção de compra de ações	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022 - reapresentado</b>	<b>2.984.373</b>	<b>(532.920)</b>	<b>2.927.834</b>	<b>23.133</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

**1. Informações sobre o Grupo:** 1.1. Operações Gerais: A Igua Saneamento S.A. ("Controladora", "Igua" ou "Companhia"), e em conjunto com suas subsidiárias e coligadas ("Grupo"), é uma sociedade anônima de capital aberto com registro na categoria "A" junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e sem negociação de suas ações, ou seja, sem free float, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1.507, 11º andar, na cidade de São Paulo/SP. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 05 de setembro de 2023. 1.2. Contexto operacional: A Companhia tem como objetivo principal a atuação na área de saneamento básico, diretamente ou através de sociedades em que participa como sócia ou acionista, por meio da realização das atividades de captação, tratamento, distribuição geral de água e coleta e tratamento de esgoto, elaboração de projetos e estudos técnicos, tem como construção, operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração das obras e sistema de saneamento básico, enfim, todas as atividades necessárias à plena atuação na área, podendo, inclusive, adquirir negócios já em operação e/ou a serem implantados, além da participação em outras sociedades como sócia ou acionista. As participações da Companhia são representadas pela sua participação nas controladas ou controladas em conjunto a seguir relacionadas:

Companhias	Início	Término	Operação	Cidade	Segmento	Tipo de serviço
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	20/01/2008	19/01/2038	Mirassol - SP	Concessão	Água e esgoto	
Paletina - ESPAP S.A.	01/11/2007	31/10/2048	Paletina - SP	Concessão	Água e esgoto	
Guaratinguetá Saneamento S.A. (a)	01/07/2008	-	Guaratinguetá - SP	PPP	Esgoto	
SPAT Saneamento S.A.	01/02/2008	31/01/2024	Suzano - SP	PPP	Esgoto	
Paranaíba Saneamento S.A.	20/05/2008	20/08/2045	Paranaíba - PR	Concessão	Água e esgoto	
Águas Piquete S.A.	01/04/2010	31/03/2040	Piquete - SP	Concessão	Água e esgoto	
Águas Canarana Ltda.	19/04/2000	18/04/2040	Canarana - MT	Concessão	Água e esgoto	
Águas Cuiabá S.A. (b)	18/04/2012	02/12/2050	Cuiabá - MT	Concessão	Água e esgoto	
Agreste Saneamento S.A.	01/09/2012	31/08/2042	Arapiraca - AL	PPP	Água	
Alta Floresta Saneamento S.A.	08/11/2002	07/04/2035	Alta Floresta - MT	PPP	Esgoto	
Águas de Andradina S.A.	04/10/2010	03/10/2040	Andradina - SP	Concessão	Água e esgoto	
Águas de Castilho S.A.	12/11/2010	11/11/2040	Castilho - SP	Concessão	Água e esgoto	
Tubarão Saneamento S.A.	01/03/2012	28/02/2042	Tubarão - SC	Concessão	Água e esgoto	
Itapoá Saneamento Ltda.	13/10/2012	12/12/2042	Itapoá - SC	Concessão	Água e esgoto	
Águas Pontes e Lacerda Ltda.	01/05/2001	30/04/2031	Pontes e Lacerda - MT	Concessão	Água e esgoto	
Águas Colider Ltda.	08/04/2002	07/04/2035	Colider - MT	Concessão	Água e esgoto	
Alta Floresta Ltda.	08/11/2002	07/11/2035	Alta Floresta - MT	Concessão	Água e esgoto	
Águas Comodoro Ltda.	05/11/2007	04/11/2037	Comodoro - MT	Concessão	Água	
Igua Rio de Janeiro S.A.	07/02/2022	06/02/2057	Rio de Janeiro - RJ	Concessão	Água e esgoto	
Fluxx.IA Medição Inteligente S.A.	24/05/2021	-	São José do Rio Preto - SP	Outros	Serviços de tecnologia	
Igua MT Participações Ltda.	17/08/2009	-	Cuiabá - MT	Outros	Projeto	
Igua Projetos S.A.	18/11/2010	-	São Paulo - SP	Outros	Desenvolvimento de pesquisas e Holding	
Igua Serviços e Intermediação de Negócios Ltda.	11/01/2012	-	São Paulo - SP	Outros	Gerenciamento de projetos, obras e serviços	
PCT Participações Ltda.	27/05/2010	-	Cuiabá - MT	Outros	Holding	

(a) Em outubro de 2021, a Empresa foi classificada como operação descontinuada conforme descrito na nota 1.4. 1.3. Impactos causados pela pandemia da COVID-19: Embora o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 seja o terceiro ano pós impactos trazidos pela pandemia da COVID-19, os seus efeitos financeiros e econômicos ainda continuam apesar de gradualmente em declínio. Embora de alguma forma não ter sofrido alterações, eventuais mudanças adicionais nas estimativas podem refletir na mensuração dos ativos e passivos podem ser necessárias. A Companhia avalia e considera que não ocorreram impactos materiais em suas operações em virtude dos reflexos da pandemia COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. 1.4. Descontinuidade contratual Guaratinguetá Saneamento S.A.: Em 20 de outubro de 2021, foi proferida decisão judicial, monocrática, pendente de análise recursal, mantendo provisoriamente os efeitos do Decreto Municipal 9.134/21, que havia declarado extinto, por caducidade, o contrato de Parceria Pública Privada de prestação de serviços de esgotamento sanitário mantido com o Guaratinguetá Saneamento S.A. Conforme divulgado em Comunicado ao Mercado publicado no dia 22 de outubro de 2021, a Companhia continuou adotando as medidas cabíveis contra a referida decisão, esclarecendo que os recursos contra a sentença já foram interpostos e se encontram pendentes de apreciação. A Companhia, por meio de sua controlada, continuou prestando os serviços do contrato, até a efetiva transmissão da operação, em 03 de janeiro de 2022. Mediante esse cenário, o resultado das operações da Guaratinguetá Saneamento S.A. foram classificadas como operação descontinuada, conforme IFRS 05 CPC 31, divulgado em uma linha separada na demonstração de resultado e no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022. A seguir apresentamos os impactos decorrentes da classificação das operações descontinuadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	446	71	Fornecedores e outras contas a pagar	34	412
Contas a receber e outros recebíveis	400	90	Obrigações trabalhistas	9	230
Impostos e contribuições a recuperar	78	927	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>43</b>	<b>640</b>
Outros ativos	-	19	<b>Não circulante</b>		
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>524</b>	<b>1.417</b>	Provisão para perdas com causas judiciais	41	38
			<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>41</b>	<b>38</b>
			<b>Patrimônio líquido</b>		
			Capital social	31.898	25.963
			Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.042
			Prejuízo acumulado	(31.452)	(30.268)
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>446</b>	<b>737</b>
			<b>Total do passivo</b>	<b>78</b>	<b>680</b>
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>524</b>	<b>1.417</b>

b) Demonstração do resultado:

Recursos operacionais	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Recursos operacionais líquidos	-	-	96	7.122
Custo dos serviços prestados	-	-	(759)	(3.819)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(663)</b>	<b>3.303</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas comerciais, administrativas e gerais	-	-	(580)	(62.676)
Equivalência patrimonial	(1.184)	(52.476)	-	-
<b>Resultado antes do resultado financeiro, líquido</b>	<b>(1.184)</b>	<b>(52.476)</b>	<b>(580)</b>	<b>(62.676)</b>
Recursos financeiros	-	-	203	11
Despesas financeiras	-	-	(706)	(696)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>59</b>	<b>(685)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(1.184)</b>	<b>(52.476)</b>	<b>(1.184)</b>	<b>(60.068)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	7.592
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>(1.184)</b>	<b>(52.476)</b>	<b>(1.184)</b>	<b>(52.476)</b>

1.5. Continuidade operacional: A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo: crescimento contínuo das operações, melhoria na gestão de capital de giro. Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Igua Rio de Janeiro S.A. apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$614.481. A Companhia possui uma estratégia financeira estruturada para o financiamento da operação da Igua Rio de Janeiro, inclusive para liquidação do passivo de curto prazo. Esta estratégia contempla múltiplas alternativas de financiamento que poderão ser acessadas tempestivamente. Entre tais possibilidades, figura a emissão de uma debênture no mercado local, sendo que a Administração vem mantendo conversas com possíveis instituições financeiras para que tal operação seja realizada dentro dos próximos meses. O prazo de validade da concessão da controlada SPAT Saneamento S.A. possui vencimento original em 1º de fevereiro de 2024. A renovação do prazo contratual foi solicitada no dia 23 de novembro de 2021 e se encontra em estudo conforme manifestação formal pela Sabesp em 31 de janeiro de 2022. Tal renovação está prevista no contrato de concessão, desde que seja solicitada 24 meses antes do vencimento do prazo final do contrato, e que seja acordado por ambas as partes. A expectativa é concluir o tema até o início do segundo semestre de 2023, dando que o contrato de concessão estabeleça que as partes deverão seguir os trâmites de desmobilização a partir de 180 dias antes do término do contrato de concessão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Políticas contábeis: 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além de considerarmos os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela CVM, disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando estiver sob a vigência.





# IGUA SANEAMENTO S.A.

CNPJ nº 08.159.965/0001-33



	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Depreciação e amortização</b>						
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	(38.370)	-	(38.370)	311.304	(15.944)	295.360
Resultado de equivalência patrimonial	(5.946)	(11.547)	(66.493)	7.383	-	7.383
Recursos financeiros	22	195.766	195.766	155.620	(891)	154.729
Resultado da operação descontinuada	1.4	(52.476)	(52.476)	(52.476)	-	(52.476)
Outras despesas (receitas) líquidas	1.417	-	2.528	2.528	-	2.528
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>49.972</b>	<b>(11.547)</b>	<b>38.425</b>	<b>424.359</b>	<b>(16.835)</b>	<b>407.524</b>
<b>Pessoal</b>	<b>26.537</b>	<b>-</b>	<b>26.537</b>	<b>132.555</b>	<b>-</b>	<b>132.555</b>
Remuneração direta	22.395	-	22.395	104.996	-	104.996
Benefícios	4.997	-	4.997	22.504	-	22.504
FGTS	1.145	-	1.145	5.055	-	5.055
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>(79.774)</b>	<b>(33.774)</b>	<b>(50.224)</b>	<b>(5.288)</b>	<b>(56.195)</b>	<b>(61.483)</b>
Federal	(79.246)	-	(79.246)	(50.907)	(5.288)	(56.195)
Estaduais	-	-	-	37	-	37
Municipais	173	-	173	636	-	636
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>149.360</b>	<b>-</b>	<b>149.360</b>	<b>389.838</b>	<b>-</b>	<b>389.838</b>
Juros	146.110	-	146.110	376.481	-	376.481
Aluguéis	1.417	-	1.417	2.662	-	2.662
Outras	1.833	-	1.833	10.695	-	10.695
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(48.852)</b>	<b>(11.547)</b>	<b>(60.399)</b>	<b>(47.800)</b>	<b>(11.547)</b>	<b>(59.347)</b>
Resultado do período atribuído aos controladores	(48.852)	(11.547)	(60.399)	(48.852)	(11.547)	(60.399)
Participação dos não controladores	-	-	-	1.052	-	1.052
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>49.972</b>	<b>(11.547)</b>	<b>38.425</b>	<b>424.359</b>	<b>(16.835)</b>	<b>407.524</b>

	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Impacto na demonstração</b>						
Recursos financeiros	20	3.743	3.743	2.159.842	(19.455)	2.140.387
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	21	-	-	(99.886)	-	(99.886)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(79.685)</b>	<b>-</b>	<b>(79.685)</b>	<b>(1.262.860)</b>	<b>(1.952)</b>	<b>(1.264.812)</b>
Custos dos serviços prestados	21	-	-	(1.095.531)	(1.952)	(1,097,483)
Materiais e outros	21	(79.685)	(79.685)	(167.329)	-	(167.329)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(75.942)</b>	<b>-</b>	<b>(75.942)</b>	<b>896.982</b>	<b>(21.407)</b>	<b>875.575</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(5.602)</b>	<b>-</b>	<b>(5.602)</b>	<b>(280.546)</b>	<b>-</b>	<b>(280.546)</b>
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<b>(81.544)</b>	<b>-</b>	<b>(81.544)</b>	<b>616.436</b>	<b>(21.407)</b>	<b>595.029</b>
Resultado de equivalência patrimonial	8	(15.364)	(15,364)	244.022	172.795	(826)
Recursos financeiros	22	256.652	256.652	244.022	172.795	(826)
Resultado da operação descontinuada	1.4	(1.184)	(1,184)	(1,184)	-	(1,184)
Outras despesas (receitas) líquidas	1.2	-	12	454	-	454
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(325.318)</b>	<b>(27.994)</b>	<b>(353.312)</b>	<b>795.558</b>	<b>(22.233)</b>	<b>773.325</b>
<b>Pessoal</b>	<b>28.294</b>	<b>-</b>	<b>28.294</b>	<b>181.129</b>	<b>-</b>	<b>181.129</b>
Remuneração direta	24.924	-	24.924	181.129	-	181.129
Benefícios	4.135	-	4.135	39.521	-	39.521
FGTS	1.305	-	1.305	8.063	-	8.063
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>115.665</b>	<b>(3.390)</b>	<b>112.275</b>	<b>11.729</b>	<b>2.371</b>	<b>13,100</b>
Federal	115.480	(3,390)	112,090	10,891	2,371	14,262
Estaduais	-	-	-	50	-	50
Municipais	185	-	185	788	-	788
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>112.742</b>	<b>-</b>	<b>112.742</b>	<b>1.141.594</b>	<b>-</b>	<b>1.141.594</b>
Juros	107.417	-	107,417	925.786	-	925.786
Aluguéis	1.222	-	1,222	2,556	-	2,556
Outras	4.103	-	4,103	213,252	-	213,252
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(587.459)</b>	<b>(24.604)</b>	<b>(612.063)</b>	<b>(586.478)</b>	<b>(24.604)</b>	<b>(611.082)</b>
Resultado do período atribuído aos controladores	(587.459)	(24.604)	(612.063)	(587.459)	(24.604)	(612.063)
Participação dos não controladores	-	-	-	981	-	981
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>(325.318)</b>	<b>(27.994)</b>	<b>(353.312)</b>	<b>795.558</b>	<b>(22.233)</b>	<b>773.325</b>

Uma vez que tais debêntures foram integralmente substituídas e integralizadas pela controladora IGUA Saneamento S.A., os principais efeitos da reconstrução financeira individualizada na consolidação, trazendo impactos benéficos para a demonstração financeira consolidada da Companhia, essencialmente em relação aos efeitos tributários, conforme nota explicativa 19. 2.26. A representação não impactou outros resultados abrangentes ou as atividades operacionais, de investimento e financiamento do fluxo de caixa. **Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2022.** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando aplicável ao ano de 2021). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a aplicação das alterações não impacta os resultados anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. A Companhia analisou as emendas às normas contábeis no exercício final de 31 de dezembro de 2022 e até o momento não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022. 2.27. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir: O Grupo pretende adotar essas normas e alterações novas e alteradas, quando entrarem em vigor. IFRS 17 – Contratos de Seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (CPC 50) – Contratos de Seguro substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro, uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Uma vez que o Grupo não emite ou emite contratos de seguro, nem detém contratos de resseguro, esta norma não é aplicável. Alterações ao IAS 1. Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 67 e 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar um passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, as alterações não representam impacto nas operações do Grupo. Alterações ao IAS 8. Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de estimativas contábeis. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo. Alterações ao IAS 1 e IFRS. Prática Statement 2. Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem divulgar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já as alterações ao Practice Statement 2 fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. O Grupo está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. Alterações ao IAS 12. Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação: Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a ativos e obrigações de desmantelamento. O Grupo está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. 8. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas: • Determinação da época de satisfação da obrigação de performance dos serviços indiretos de água e esgoto; quando o serviço é solicitado, uma ordem de serviço é aberta para atendimento e monitoramento. Após a prestação do serviço, a ordem é finalizada; receita reconhecida. b) Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável.

Empreendimentos controlados em conjunto	2022			2021		
	Participação	Lucro líquido do exercício	Patrimônio líquido	Participação	Lucro líquido do exercício	Patrimônio líquido
Andradina	70,00%	21.545	831	20,714	-	-
Tubarão	50,00%	57.943	3.943	54.000	5.500	-
Castilho	70,00%	7.550	982	6.568	-	-
Itapoá	50,00%	16.750	1.301	15.449	11.076	1.415
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>103.788</b>	<b>7.057</b>	<b>96.731</b>	<b>16.576</b>	<b>7.383</b>

Investimentos	2022			2021		
	Participação	Lucro líquido do exercício	Patrimônio líquido	Participação	Lucro líquido do exercício	Patrimônio líquido
Sanessol	90,00%	29.074	-	3.910	-	25.164
ESAP	50,00%	4.234	-	545	-	3.689
Guaratinguetá	100,00%	447	-	737	27.245	(52.476)
SPAT	100,00%	92.394	-	24.191	-	(6.808)
Paranáguá	100,00%	-	-	-	8.229	3.081
MT Participações	100,00%	69.818	-	13.357	3.500	10.529
Canarana	80,00%	3.639	-	636	-	3.003
Cuiabá	89,63%	264.694	-	(3.193)	-	192.889
Andradina	70,00%	21.545	-	931	-	20.714
Castilho	70,00%	7.550	-	882	-	6.568
Tubarão	50,00%	58.124	-	3.943	-	54.181
Agreste	100,00%	125.381	-	39.426	-	85.955
Itapoá	50,00%	16.750	-	1.301	-	15.449
Juros Serviços	100,00%	10.050	-	(23.284)	(3.390)	-
Altaíba	100,00%	42.712	-	(23.284)	-	65.997
<b>Total</b>	<b>858.924</b>	<b>64.886</b>	<b>737.867</b>	<b>85.942</b>	<b>56.306</b>	<b>(11.619)</b>

9. **Intangível e ativo de contrato:** a) Valor contábil

Consolidado	Intangível		Ativo de contrato		Desenvolvimento em projetos	Total
	(I) ICPC 01	(II) IFRIC 12 (II) (II) (II)	Software	Outras concessões		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>35.196</b>	<b>970.412</b>	<b>66.885</b>	<b>106.937</b>	<b>10.107</b>	<b>1.189.537</b>
Adições	(1.091)	40.523	395.612	7.301.819	18.917	819.7.757.690
Amortização	(65.581)	-	(4.890)	(2.805)	-	(94.367)
Transferências	-	(116.365)	-	-	-	(116.365)
Perda por redução ao valor recuperável (*)	-	(816)	-	-	-	(816)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável (*)	-	76	(741)	-	(5)	(670)
Baixa de operação descontinuada	-	(4.136)	(445)	-	(22)	(4.603)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>34.105</b>	<b>1.036.843</b>	<b>344.946</b>	<b>7.403.866</b>	<b>26.192</b>	<b>819.8.846.771</b>
Adições	-	951	465.254	280	9.452	23.721.499.208
Amortização	(1.091)	(66.508)	-	(195.469)	(5.186)	(270.254)
Transferências	-	337.005	-	-	(7.263)	7.263
Perda por perdas por redução ao valor recuperável (*)	-	243	-	(1.454)	-	(1.211)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável (*)	-	223	(1.306)	-	-	(1.083)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>33.014</b>	<b>1.306.757</b>	<b>471.878</b>	<b>7.207.223</b>	<b>23.197</b>	<b>31.353.9.073.433</b>

(\*) Redução ao valor recuperável na controlada Águas de Queilene S.A. (\*\*\*) A Companhia capitalizou em 31 de dezembro de 2022 juros sobre as debêntures emitida pela controlada Águas Cuiabá S.A e sobre empréstimo captado pela controlada Altaíba Saneamento S.A. no montante de R\$30.070.150,42 em 31 de dezembro de 2021. (I) Concessão de 2022 corresponde ao direito de exploração de contrato de concessão adjuicado de terceiro. Os laudos de avaliação das em-

o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para os próximos cinco anos. O valor recuperável é determinado à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de fluxos futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota Explicativa 8c. **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato:** O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dados de atraso. A matriz de provisão é baseada inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Na data de relatório, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato do Grupo estão divulgadas na Nota Explicativa 8c. **Transações com pagamentos baseados em ações:** A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações liquidadas financeiramente, requer a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação e que o passivo seja remensurado no fim de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventual variações no valor justo. Tributos: Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no grupo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O Grupo apresenta prejuízos fiscais a compensar. Estes prejuízos se referem a Companhia e a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não preservem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Companhia e estas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido. Vide Nota Explicativa nº 17. **Provisões para perdas com causas judiciais:** O Grupo reconhece provisão para causas ambientais, civis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As informações sobre provisões de contingências do Grupo estão divulgadas na Nota Explicativa nº 13.

Caixa	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	-	-	1	7
Saldos bancários	150	24.219	12.874	47.685
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>24.219</b>	<b>12.875</b>	<b>47.692</b>

Equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Certificado de depósito bancário	12,62% 2022 e 4,43% 2021	306.486	113.122	445.114
Fundos de investimento	12,81% 2022 e 4,72% 2021	98.511	-	272.082
Aplicações financeiras	9,16% 2022 e 3,27% 2021	12.149	10.711	38.060
<b>Total</b>		<b>417.146</b>		



# IGUA SANEAMENTO S.A.

CNPJ nº 08.159.965/0001-33



RS98.609 em 31 de dezembro de 2022 (RS80.766 em 31 de dezembro de 2021) e na controladora RS31.099 em 31 de dezembro de 2022, (RS35.485 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo descrevemos os processos relevantes avaliados como sendo de risco possível: Na controladora existe um processo trabalhista distribuído em 26 de outubro de 2016 estimado em R\$8.765 no qual a Igua Saneamento S.A. figura como responsável solidária. O reclamante requer verbas trabalhistas inadimplidas pelo antigo grupo controlador. Foi proferida decisão monocrática no TST, entendendo que o prazo de instrumento interposto pelo reclamante não deve ser concedido, assim, foi mantido o acórdão regional que determinou a exclusão da Igua do polo passivo. Na controladora, existe um processo de natureza civil distribuído em 19 de abril de 2021, estimado em R\$14.628. Trata-se de ação de cobrança para condenar a Igua Projetos S.A. e Igua Saneamento ao pagamento das parcelas atrasadas referentes à suposta inadimplência de prestação de serviços. Foi proferida sentença julgando o processo extinto em relação à Igua Saneamento, bem como com sentença de improcedência em relação à Igua Projetos. Autor apresentou recurso de apelação em face da sentença, processo pendente de julgamento. Na controladora Paraguagu Saneamento S.A., existe um processo estimado em R\$1.000. Trata-se de ação civil pública inicialmente ajuizada contra o município de Paranaguá, a agência reguladora municipal (CAGEPAR) e a concessionária dos serviços públicos de saneamento básico, com pedido de condenação à reparação civil por supostos danos ambientais e pagamento de dano moral coletivo. Os autores iniciais abandonaram extraoficialmente a causa e a União Federal, o Ministério Público Federal e Estadual assumiram a condução do processo. Houve a produção de laudo pericial ambiental favorável à concessionária, cuja autoria foi impugnada pela União Federal em razão de suspeição do perito judicial, o que motivou a suspensão da ação civil pública. Exceção de Suspensão foi julgada improcedente em razão da preclusão quanto à questão e consequente intempetividade da exceção de suspensão. Foi concedido novo prazo para a apresentação de alegações finais, em razão do longo tempo de suspensão dos autos. Na controladora Agreste Saneamento S.A. existe um processo estimado em R\$5.348. Trata-se de ação ordinária ajuizada pela Incorporadora Alamedas, a fim de requerer indenização por desapropriação indireta. O objeto da ação consistiu em parte do terreno cedido para a construção da ETA pelo estado, o qual pertence à CAPR. Foi autuado o processo em razão de diversas reclamações trabalhistas e, visando a quitação do passivo, o TRT promoveu um leilão do bem, que foi arrematado pela Incorporadora Alamedas. Em 2016, após receber uma notificação extrajudicial para desocupar o referido terreno, iniciaram as providências para a regularização e apresentou contestação. Após a intimação, a Incorporadora Alamedas poderá apresentar réplica. Após apresentação de réplica, houve nomeação de perito. Foi apresentado quesitos e assistente técnico e o processo aguarda perícia.

15. **Patrimônio líquido:** Reserva de lucros líquidos e capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e de R\$2.984.373 (R\$2.984.373 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente), representado por ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, deduzindo o custo de transação na emissão de ações em 31 de dezembro de 2022 de R\$55.539 em 31 de dezembro de 2021), pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em quantidade de ações	
	2022	2021
Igua Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	75.110.133	75.110.133
CPP Investments	63.587.337	63.587.337
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	56.334.614	56.334.614
Mayim Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	175.545.711	175.545.711
AIMco Ltda	55.778.176	55.778.176
<b>Total de ações em circulação</b>	<b>426.258.071</b>	<b>426.258.071</b>
Ações em tesouraria	448.451	448.451

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social autorizado da Companhia é de R\$4.000.000, o mesmo para 31 de dezembro de 2021. Em 12 de julho de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a emissão de 157.621.937 novas ações, no valor total de R\$1.522.628, dos quais RS989.708 foram integralizados no dia 26 de julho de 2021 e os outros RS532.920 foram integralizados em 26 de janeiro de 2022. Em 05 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 1.448.451 ações pelo Plano de Opção de Compra de Ações 2018, resultando em um aumento de capital no valor de R\$8.416, e em 20 de maio de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a recompra de 1.448.451 ações em favor de beneficiários do Plano de Opção, no valor total de R\$13.993, o qual foi destinado em valor integral à Ações em Tesouraria. Em 26 de abril de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 61.716.150 novas ações, no valor total de R\$556.240, resultando em um aumento de capital social no montante de R\$581.946, e constituição de reserva de capital no montante de R\$14.284, além do reconhecimento de RS27.262 de custos de transação na captação dos recursos. b) Debêntures obrigatórias conversíveis em ações: Em 26 de julho de 2021, a Companhia realizou a emissão de 90.825 debêntures mediante 6ª emissão de debêntures obrigatórias conversíveis em ações divididas em duas séries, a primeira no montante de RS570.292, emitidas em 26 de julho de 2021 e a segunda no valor de RS307.080 emitidas em 26 de janeiro de 2022, no momento da conversão cada debênture corresponderá a uma ação.

Reservas de lucro	2022	2021
Reserva reflexa	23.133	10.153
Reserva de retenção de lucros	16.571	16.571
<b>Total</b>	<b>39.704</b>	<b>26.724</b>

Reserva legal É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Reserva de incentivos fiscais: A controladora Agreste Saneamento S.A. possui uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura, em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, pelo prazo de 10 anos a contar de 2021, sendo reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (IAS 20) - Subvenções e Assistência Governamental. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido na Controladora na linha de Reserva de retenção de lucros. É destinada a reserva para reserva de incentivos fiscais. As controladoras diretas Águas Cuiabá S.A., Águas Canarana Ltda., e as controladoras indiretas Águas Alta Floresta Ltda., Águas Colider Ltda. e Águas Comodoro Ltda., possuem uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura, em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelo prazo de 10 anos a contar do ano de 2019. Os incentivos fiscais constituídos nas atividades são reconhecidos na Controladora na linha de Reserva de retenção de lucros. É destinada a reserva à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral. d) Reservas de lucro: e) É composta pelos valores reconhecidos do plano de compra de opções 1.0, 2.0 e 3.0, conforme nota explicativa 17. c) Ação em transações de capital: Refere-se à ação na transação de compra e venda de ações de subsidiárias do mesmo grupo econômico, esse saldo será liquidado superior na liquidação do investimento. f) Dividendos: O Estatuto Social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, após a compensação de prejuízos acumulados.

16. **Gerenciamento de capital:** A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida do Grupo para a relação ajustada do capital ao final do período e exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Total do passivo e participação de não controladores	1.676.695	1.113.440	8.586.926	7.905.390

Total do passivo e participação de não controladores  
Total Caixa e equivalentes de caixa, Debêntures e outros  
Investimentos e Depósitos bancários vinculados  
(Dívida líquida e não líquida) (1.827.463) (2.636.356) (852.349) (639.923)  
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores (B) 3.020.198 2.781.914 3.020.198 2.781.914

Índice de alavancagem (A/B) (0,05) (0,55) 2,56 2,61  
17. **Pagamentos baseados em ações:** O plano de compra de opções concede opções de ações à alta administração do Grupo. O preço de exercício das opções é equivalente ao preço de mercado das ações na data de concessão. As tabelas a seguir apresentam o número e média ponderada do preço de exercício (MPPE) e o movimento das ações durante o exercício. Nota-se que não houve novas outorgadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1º plano	Quantidade	MPPE (R\$)	Quantidade	MPPE (R\$)
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Em aberto em 1º de janeiro</b>	<b>1.115</b>	<b>2,66</b>	<b>1.115</b>	<b>2,26</b>
Outorgadas durante o exercício	-	-	-	-
Vencidas durante o exercício	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício	-	-	-	-
<b>Em aberto em 31 de dezembro</b>	<b>1.115</b>	<b>2,37</b>	<b>1.115</b>	<b>2,66</b>
<b>Exercíveis no exercício</b>	<b>1.115</b>	<b>2,37</b>	<b>1.115</b>	<b>2,66</b>
<b>2º plano</b>	<b>Quantidade</b>	<b>MPPE (R\$)</b>	<b>Quantidade</b>	<b>MPPE (R\$)</b>
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Em aberto em 1º de janeiro</b>	<b>5.828</b>	<b>4,06</b>	<b>5.828</b>	<b>4,06</b>
Outorgadas durante o exercício	-	-	-	-
Vencidas durante o exercício	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício	-	-	-	-
<b>Em aberto em 31 de dezembro</b>	<b>5.828</b>	<b>3,76</b>	<b>5.828</b>	<b>4,06</b>
<b>Exercíveis no exercício</b>	<b>5.828</b>	<b>3,76</b>	<b>5.828</b>	<b>4,06</b>
<b>3º plano</b>	<b>Quantidade</b>	<b>MPPE (R\$)</b>	<b>Quantidade</b>	<b>MPPE (R\$)</b>
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Em aberto em 1º de janeiro</b>	<b>8.126</b>	<b>1,89</b>	<b>8.126</b>	<b>1,89</b>
Outorgadas durante o exercício	-	-	-	-
Vencidas durante o exercício	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício	-	-	-	-
<b>Em aberto em 31 de dezembro</b>	<b>8.126</b>	<b>1,89</b>	<b>8.126</b>	<b>1,89</b>

O 1º plano foi outorgado em 30 de setembro de 2018, o 2º segundo em 02 de outubro de 2020 e o 3º em 14 de setembro de 2022. Todos os planos emitidos pela Companhia preveem liquidação por meio de instrumento patrimonial. A Companhia reconhece despesas totais de R\$9.712 (R\$625 em 2021) relacionadas a transações de pagamentos baseado em ações no período findo em 31 de dezembro de 2022.

18. **Instrumentos financeiros:** a) Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia de valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	756.256	510.245	12.875	47.690
Debêntures e outros investimentos	5	4.636	7.072	-	-
Depósitos bancários vinculados	6	78.582	74.016	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	7	-	-	399.412	144.403
Ativo financeiro	-	-	-	621.421	619.197
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>839.474</b>	<b>591.333</b>	<b>1.033.708</b>	<b>811.290</b>	<b>-</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	10	-	-	198.336	117.828
Poder concedente a pagar	9 a III	-	-	1.654.604	2.550.100
Empréstimos e financiamentos (*)	12	-	-	673.239	730.241
Debêntures (*)	13	-	-	5.937.516	4.453.350
Passivo de arrendamento	-	-	-	9.568	16.371
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.473.263</b>	<b>7.867.890</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. Os instrumentos financeiros referentes às aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valores justos. Consideramos os seguintes instrumentos financeiros: ativo financeiro de curto prazo com vencimentos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento. b) Mensuração do valor justo: A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos do Grupo, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando-se as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgar os valores contábeis em vez de valores mensurados ao valor justo. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas no exercício de 31 de dezembro de 2022. c) Gerenciamento de riscos financeiros: O Grupo possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito, • Risco de liquidez, • Risco de mercado, e • Risco de preço. i) Estrutura do gerenciamento de risco: A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo e os gestores de cada área são responsáveis pelas suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo, que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. ii) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou o fornecedor não cumpra com o pagamento máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas incalculáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima de crédito. A exposição máxima do risco de crédito é o valor seguinte:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fornecedores e outras contas a pagar	10	22.758	36.203	198.336	117.828
Poder concedente a pagar	9 a III	-	-	1.654.604	2.550.100
Empréstimos e financiamentos (*)	12	11.642	18.031	673.239	730.241
Debêntures (*)	13	857.630	831.701	5.937.516	4.453.350
Passivo de arrendamento	-	1.499	1.927	9.568	16.371
Circulante	-	602.117	172.410	621.421	619.197
Não circulante	-	1.715.947	2.950.405	594.003	686.435
<b>Total</b>	<b>1.863.695</b>	<b>8.720.339</b>	<b>1.432.745</b>	<b>8.033.146</b>	<b>7.905.390</b>

Garantias: A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para Companhias do Grupo, conforme descrito na nota explicativa nº 11. iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de o Grupo encontrar dificuldades em caixa ou com outro instrumento financeiro a ser pago. O risco de liquidez é o risco de o Grupo não ter o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas incalculáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fornecedores e outras contas a pagar	10	22.758	36.203	198.336	117.828
Poder concedente a pagar	9 a III	-	-	1.654.604	2.550.100
Empréstimos e financiamentos (*)	12	11.642	18.031	673.239	730.241
Debêntures (*)	13	857.630	831.701	5.937.516	4.453.350
Passivo de arrendamento	-	1.499	1.927	9.568	16.371
Circulante	-	602.117	172.410	621.421	619.197
Não circulante	-	1.715.947	2.950.405	594.003	686.435
<b>Total</b>	<b>1.863.695</b>	<b>8.720.339</b>	<b>1.432.745</b>	<b>8.033.146</b>	<b>7.905.390</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fornecedores e outras contas a pagar	10	198.336	198.336	198.231	105
Poder concedente a pagar	9 a III	1.654.604	1.875.949	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	12	671.410	1.081.001	159.933	113.872
Empréstimos e financiamentos (*)	12	671.410	1.081.001	159.933	113.872
Comissões e despesas bancárias	(8)	(806)	(806)	(4.557)	(4.844)
Despesas de operações com partes relacionadas	(1.124)	(2.084)	(1.297)	(1.297)	(1.297)
Outras despesas financeiras	(3.292)	(1.028)	(1.128)	(1.128)	(1.128)
<b>Total</b>	<b>122.879</b>	<b>158.884</b>	<b>115.884</b>	<b>140.884</b>	<b>140.884</b>

Despesas financeiras líquidas Total 121.143 36.782 (862.463) (245.778)

24. Resultado por ação: O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuído

31 de dezembro de 2021	Fluxo de caixa	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 263 meses
Valor	117.828	117.828	117.680	148	-	-	-
Contratual	2.550.100	2.550.100	1.092.900	-	1.457.200	-	-
Até 12 meses	729.035	1.172.298	157.982	150.172	106.832	102.501	185.326
13 a 24 meses	1.206	1.206	-	1.206	-	-	-
25 a 36 meses	4.453.350	7.016.761	119.048	1.126.156	586.366	3.604.209	169.992
37 a 48 meses	7.851.519	10.858.193	1.487.610	1.277.682	2.150.398	3.706.710	353.311
49 a 60 meses	-	-	-	-	-	-	-
61 a 263 meses	-	-	-	-	-	-	-

Fluxo de caixa contratual Até 12 meses 13 a 24 meses 25 a 36 meses 37 a 48 meses 49 a 60 meses 61 a 263 meses  
Passivos financeiros não derivativos Fornecedores e outras contas a pagar Poder concedente a pagar Empréstimos e financiamentos (\*) 729.035 1.172.298 157.982 150.172 106.832 102.501 185.326 469.485  
Contas a receber - partes relacionadas 1.206 1.206 - 1.206 - - - -  
Debêntures (\*) 4.453.350 7.016.761 119.048 1.126.156 586.366 3.604.209 169.992 1.410.990  
Total 7.851.519 10.858.193 1.487.610 1.277.682 2.150.398 3.706.710 353.311 1.880.475  
(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade do Grupo possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. iv) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo da gestão de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco de taxa de juros: As operações do Grupo estão expostas a taxas de juros. O risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2022	Risco	Provável		Valor	
			%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>	<b>(reapresentado)</b>					
Aplicações financeiras	756.256	CDI	12,51	94.608	15,64	118.278
Juros investimentos	4.495	CDI	12,39	557	8,36	696
Outros investimentos	141	SELIC	1,25	17	15,31	22
Depósitos bancários vinculados	78.582	CDI	12,39	9.697	15,43	12.125
Empréstimos - partes relacionadas	4.742	CDI	14,87	705	18,59	892
Empréstimos - partes relacionadas	7.485	CDI	12,39	927	15,49	1.159
Recebeíveis de contratos de concessão	56.596	IPCA	5,79	3.277	7,24	4.098
Ativo financeiro Agreste e Albia	535.644	IPCA	5,79	31.014		



# IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ nº 08.159.965/0001-33



te S.A. (e) Refere-se a empréstimo entre a Companhia e a controlada, com incidência de juros de 120% do CDI o ano, vencido em 2021. (f) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente. (g) Refere-se ao valor que a controlada Igua MT Participações Ltda. tem a pagar para a acionista PCT Participações Ltda. referente a redução de capital social realizada em 30 de setembro de 2014. Na controladora, refere-se ao valor que a Companhia tem a receber de sua controlada Igua MT Participações Ltda. referente a redução de capital social realizada em 30 de setembro de 2014. (h) Saldo referente a financiamento das controladas e controladas em conjunto, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é acionista não controlador, contendo maiores detalhes na Nota Explicativa nº 12. (i) Refere-se a empréstimo entre a Companhia e as controladas em conjunto Itapóá Saneamento Ltda. e Águas de Andradina S.A., com incidência de juros de 120% do CDI e remuneração fixa de 4,5% a.a. e vencimento em 2024 e com incidência de juros de 100% do CDI e remuneração fixa de 3% a.a. e vencimento em 2025, respectivamente. (j) Valor relativo à retenção de 50% do ICP dos executivos da Companhia para pagamento das opções de compra de ações ordinárias da Companhia conforme previsto no plano de compra de ações 1.0. O plano 2.0 iniciou sua vigência em 02 de outubro de 2020 e o 3.0 foi outorgado em 12 de setembro de 2022. (k) Refere-se a venda de 20% da participação nas controladas Águas Cuiabá S.A. e Águas Canarana Ltda. para PCT Participações Ltda. pelo preço de R\$11.358 e R\$235, respectivamente, com vencimento em 2035 e incidência de juros de 120% do CDI. (l) Refere-se a compra de debêntures simples, não conversíveis em ações emitidas em 25 de outubro de 2019, pela Tubarão Saneamento S/A, controlada em conjunto, no valor de R\$20.000 milhões e a Igua efetuou a aquisição de debêntures correspondentes a R\$10.000 milhões, com a primeira parcela vencendo em 28 de outubro 2020, com remuneração de 100% do CDI, acrescida de 4% a.a., amortizado em 48 parcelas. (m) Refere-se a compra de debêntures privadas, não conversíveis em ações, emitidas em 31 de julho de 2020 pela Águas Cuiabá S.A., controlada, no valor de R\$620.486 e a Igua Saneamento efetuou a compra de 100%, com a primeira parcela dos juros vencendo em 15 de janeiro de 2021 e a parcela do principal vencendo em 15 de janeiro de 2023, com remuneração fixa de 6,10% acrescida de IPCA, amortizado em 24 parcelas. (n) Refere-se a compra de debêntures privadas, obrigatoriamente conversíveis em ações, emitidas em 09 de agosto de 2021 pela Igua Rio de Janeiro S.A., controlada, no valor de R\$1.150.000 e a Igua Saneamento efetuou a compra de 100%, com a vencimento em 09 de agosto de 2024 e remuneração fixa de 1,2% a.a. Refere-se a compra de 100% das debêntures privadas, obrigatoriamente conversíveis em ação, emitidas em 27 de janeiro de 2022 pela Igua Rio de Janeiro S.A., controlada, no valor de R\$300.000, com vencimento em 27

de janeiro de 2025 e remuneração fixa de 2% a.a. (o) Refere-se a compra de debêntures privadas, não conversíveis em ações, emitidas em 27 de julho de 2021 pela Igua Projetos S.A., controlada, no valor de R\$510.000 e a Igua Saneamento efetuou a compra de 100%, com a vencimento em 26 de julho de 2026 e remuneração fixa de 2% a.a. (p) Refere-se a compra de debêntures privadas, obrigatoriamente conversíveis em ações, emitidas em 27 de janeiro de 2022 pela Igua Projetos S.A., controlada, no valor de R\$50.000 e a Igua Saneamento efetuou a compra de 100%, com a vencimento em 27 de janeiro de 2025 e remuneração fixa de 2% a.a. (q) Refere-se a compra de debêntures privadas, não conversíveis em ações, emitidas em 22 de dezembro de 2021, no montante de R\$40.000, com vencimento em 22 de dezembro de 2023 e remuneração fixa de 4% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI e debêntures emitidas em 21 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 20.000 com vencimento em 22 de dezembro de 2024 e remuneração fixa de 4% a.a. + 100% da variação acumulada das taxas diárias dos DI pela Paranaquá Saneamento S.A. A Igua Saneamento S.A. adquiriu a totalidade das debêntures. (r) Refere-se a contratos de mútuos entre a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, com incidência de juros fixos de 12% a.a., e vencimento entre em 2031 e 2032 e contratos de mútuo com incidência de 100% de CDI e remuneração fixa de 3% e 4% a.a. com vencimento em 2024.

**d) Dividendos e juros sobre capital próprio a receber**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber				
SPAT Saneamento S.A.	6.808	1.057	-	-
Agreste Saneamento S.A.	1.523	7.522	-	-
Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.	596	596	-	-
Itapóá Saneamento Ltda.	634	634	634	634
Atibaia Saneamento S.A.	2.444	2.444	-	-
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	209	2.909	-	-
Águas de Andradina S.A.	3.572	3.572	3.572	3.572
Águas de Castilho S.A.	235	235	235	235
Circulante	8.331	8.579	-	-
Não circulante	7.690	10.390	4.441	4.441
<b>Total</b>	<b>16.021</b>	<b>18.969</b>	<b>4.441</b>	<b>4.441</b>

**26. Seguros:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, aplicáveis as controladas, são as seguintes:

	Consolidado	
	2022	2021
Empresarial (*)	53.907	53.407
Seguro garantia	245.360	222.946
Patrimonial (riscos diversos - equipamentos)	605.951	249.738
Responsabilidade civil (**)	197.495	122.045
Risco de engenharia	143.408	107.749
<b>Total</b>	<b>1.246.121</b>	<b>755.885</b>

(\*) Limite máximo de cobertura em 31 de dezembro de 2022 compartilhado entre as empresas do Grupo. (\*\*) Limite máximo de garantia em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 37.000, compartilhado entre as empresas do Grupo, com sublimite para barragens de R\$4.000 exclusivamente para a controlada SPAT Saneamento S.A.

**27. Compromissos:** a) Decorrente do direito de outorga variável: Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente. Na controlada Paranaquá Saneamento S.A., esse percentual corresponde a 4%; na controlada Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A. corresponde a 5%, na controlada Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto corresponde a 5% e na controlada Igua Rio de Janeiro S.A. este valor corresponde a 3,5%. Na controlada Águas Piquete S.A. é pago ao Poder Concedente 1,3% do faturamento bruto mais 3,2% a SAAEP (Serviços Autônomo de Água e Esgoto de Piquete) pelas atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de água e esgoto. Em 31 de dezembro de 2022 foram pagos aos Poderes Concedentes dos municípios correspondentes, o montante de R\$40.380 (R\$14.314 em 31 de dezembro de 2021), pelos direitos de outorga variável, registrados na rubrica de custos dos serviços prestados.

**28. Eventos subsequentes:** A Igua Projetos S.A. foi totalmente incorporada pela Igua Saneamento S.A. conforme Assembleia Geral Extraordinária na data de 30 de abril de 2023. A Companhia passou a partir de então a assumir o controle direto da Igua Rio de Janeiro S.A. Em 12 de maio de 2023, a controlada integral Igua Rio de Janeiro S.A. protocolou, junto à CVM, oferta pública de distribuição da 4ª Emissão de Debêntures Simples, em até duas séries, no montante de, inicialmente, R\$ 3.800.000.000,00 (três bilhões e oitocentos milhões de reais). A Igua Saneamento S.A., como parte de sua gestão de portfólio, está constantemente avaliando oportunidades de mercado para compra e venda de ativos. Como parte desse intuito, a Companhia vem conduzindo um processo estruturado de sondagem do mercado para potencial venda de alguns de seus ativos. A Companhia classificou alguns de seus ativos como "disponível para venda" em 31 de março de 2023 devido à alta probabilidade de conclusão das negociações em curso nesta data, em consonância com o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.

## Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria			Conselheiros		Contador
Roberto Correa Barbuti	Matheus de Faria Renault Silva	Talita Caliman	Paulo Todescan Lessa Mattos	Gustavo Nickel Buffara de Freitas	Jerson Kelman
Felipe Rath Fingerl	Péricles Sócrates Weber	Adriano Candido Stringhini	Martin Sebastian Berardi	Maria Silva Bastos Marques	Vanessa Cristina Resende Viana
					Fabício dos Santos Teixeira
					CRC/SP nº 1SP347408/O-9

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As Diretores e Conselho de administração Igua Saneamento S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Igua Saneamento S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Renovação de concessão de controlada:** Chamamos a atenção para a Nota 1.5 às demonstrações financeiras, que indica que a SPAT Saneamento S.A., controlada da Companhia, ainda não obteve e não possui formalizado nos termos e condições do contrato vigente a renovação da Concessão regida pelos termos do Edital de Licitação da Concorrência Internacional e contrato de concessão. Os planos da administração para continuidade operacional à controlada da Companhia estão descritos na Nota 1.5. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras:** Chamamos atenção à nota explicativa 2.25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção de erros em decorrência dos impactos contábeis das características presentes nas cláusulas de conversibilidade das debêntures da Companhia e correção em algumas premissas adotadas para o cálculo do ativo financeiro de acordo com a Interpretação Técnica ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, descritos na referida nota explicativa. Em 21 de março de 2023 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. O assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre o assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação ao principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Capitalização de gastos no ativo intangível:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem registrado ativo intangível da concessão e ativo de contrato no montante consolidado de R\$1.306.757 mil e R\$471.889 mil, respectivamente, o qual é representado pela infraestrutura da concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à Interpretação Técnica ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a

infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança de tarifa aos usuários dos serviços prestados. Os saldos consolidados de capitalização de gastos no ativo intangível da concessão no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 perfazem o montante de R\$337.956 mil e as movimentações líquidas do ativo de contrato, o montante de R\$126.943 mil. Os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados na Nota 9. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requer que as controladas efetuem investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como ativo intangível. As capitalizações no ativo intangível envolvem a utilização de premissas e um grau de julgamento elevado, e consequentemente podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: (i) realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais, contratos, medições e pagamentos das adições ocorridas durante o ano de 2022; (ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados e sua elegibilidade à capitalização; (iii) avaliação do processo de transferência do intangível para as contas definidas para determinar o início do registro da amortização. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios de capitalização no ativo intangível adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. • Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas opera-

ções, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, omissão ou falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de setembro de 2023.

**ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda.**  
CRC SP-034519/O  
**Lazaro Angelim Serruya** - Contador CRC DF-015801/O

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 25/09/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/09/25/IGUA/1571966925092023.pdf>  
Hash: 16954 1976 128f4824972c349f39b98d7018abed7e8